

OE02: Prover acesso equitativo à internet para todas as pessoas.

Participantes:  
Hector Sousa  
Cátia Muniz  
Daniela Schettino

### [Trilha]

**Hector Sousa:** Seja muito bem-vindo e bem-vinda ao podcast meio fio. Seu podcast sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável. Neste episódio estamos de volta com a série sobre os Objetivos Estratégicos da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. Eu sou Hector Sousa e quem esteve comigo no primeiro episódio foi o Érico que você já conhece, nesse episódio aqui quem vai guiar a conversa sobre a Carta é a nossa estreante aqui no Podcast Meio Fio, Cátia Muniz, bem vinda a equipe do TraDUS e bem-vinda ao Podcast Meio Fio.

**Cátia Muniz:** Olá Hector, olá ouvintes do Meio Fio. Muito obrigada eh por me apresentar, estou estreando aqui no Projeto, eu sou coordenadora do Eixo da Carta para Cidades Inteligentes e hoje nós vamos dar continuidade a nossa série sobre os Objetivos Estratégicos da Carta Brasileira pras Cidades Inteligentes e vamos falar de um assunto que é muito importante pra mim também, porque eu sou da área de inclusão digital que é o Objetivo dois que destaca a importância e promover o acesso equitativo, a internet de qualidade para todas as pessoas. Nós convidamos a Daniela Schettino para conversar conosco sobre o assunto e gostaríamos que ela se apresentasse aos nossos e as nossas ouvintes para que eles e elas possam conhecê-la. Bem-vinda, Daniela e obrigada por aceitar o nosso convite.

**Daniela Schettino:** Muito obrigada, Cátia, eu que agradeço o convite, poder falar com você e com todos os ouvintes do Meio Fio. Olá Hector. Eu estou muito feliz de estar aqui dividindo um pouquinho com vocês de algumas ações do Ministério das Comunicações pra gente garantir a conectividade em todo o país, pra todo cidadão. Né? E eu sou

coordenadora geral de projetos de infraestrutura aqui da Secretaria de Telecomunicações do Ministério.

## [Trilha]

**Hector:** Vocês devem imaginar que para garantir o acesso à internet para todas as pessoas são necessárias ações, tanto políticas, quanto técnicas. Essa conversa toda de 4G, 5G... às vezes fica um tanto abstrata. A nossa ideia aqui é entender um pouquinho melhor sobre tudo isso.

**Cátia:** O nosso episódio de hoje é sobre o Objetivo Estratégico dois da Carta, que trata de um assunto extremamente importante que é promover o acesso a internet de qualidade para todas as pessoas. Então, a gente vai falar um pouquinho sobre os temas que são desenvolvidos por estudiosos das Cidades Inteligentes que vão mostrar que ainda é um grande desafio a ser enfrentado pelos municípios brasileiros: a questão da infraestrutura de conectividade. Por exemplo, é um desafio para todos os gestores e as gestoras fornecer acesso à internet de qualidade para todos os bairros do seu município. Então, pra evitar esse tipo de situação é necessário que sejam implementadas diversas políticas e ações governamentais. Daniela, você poderia comentar com os nossos e as nossas ouvintes quais políticas e ações de infraestrutura, de conectividade, o ministério das comunicações tem desenvolvido para que haja uma melhoria nos municípios brasileiros?

**Daniela:** Sim Cátia, eu gosto de explicar a ação do ministério em dois grandes eixos, né? Um é o eixo do ministério onde ele formula as políticas públicas, né? Então ele determina algumas regras pro setor de telecomunicações, porque é um setor, alguns anos já foi privatizado, então são as empresas privadas que oferecem serviço pra população, pro cidadão, então através dessas políticas públicas, dessa regulamentação do setor que a gente faz junto com a Anatel, que é o órgão regulador, né? Que fiscaliza as suas empresas de telecomunicações, ele vai criando regras mais favoráveis pro desenvolvimento desse setor e também pra, vamos dizer assim, incentivá-los e até obriga-los a levar essa infraestrutura de telecomunicações em vários locais do país, né? O outro eixo é de fato onde o ministério executa algumas ações específicas de implantação de infraestrutura e de levar internet pros cidadãos. Falando um pouquinho então do primeiro eixo eu gosto de destacar os editais de licitação de radiofrequência da Anatel, que é onde a Anatel vai fazer um leilão pra falar assim “olha essa radiofrequência aqui eu tô leiloando pras operadoras adquirirem o direito de usar essa radiofrequência serviço”. Eu acho que todo mundo já ouviu falar no edital do cinco G, que foi o último que a gente realizou no final do ano passado. E como que o edital do cinco G vai ajudar os municípios ou a população a

ter mais internet? Não é só com as operadoras oferecendo sinal cinco G, mas quem participou desse leilão levou junto com as radiofrequências, né? Além de pagar preço, né? Do edital, algumas obrigações. Quais são essas obrigações que eu acho extremamente importante de levar não só o cinco G pros diversos municípios com o cronograma, mas de levar também o quatro G que não é a última tecnologia, mas já é uma tecnologia, vamos dizer assim, bem razoável pra gente inclusive consegue fazer uma conversa dessa aqui que a gente tá tendo, né? Utilizando uma rede 4G. Ao longo de um certo período as operadoras vão ser obrigadas a fornecer cobertura de sinal quatro G pra diversos locais que hoje não tem cobertura, mal mal as vezes de dois G, quando não às vezes não tem cobertura ou um três G, então vai ter essa obrigação. Então isso veio, né? De uma ação do ministério e a Anatel implementou no edital de licitação. Outra regra que tá no edital é de levar ou falar o nome técnico que eu vou explicar, o “backhaul fibra óptica” pra todos os municípios brasileiros. O “backhaul” é aquela rede de fibra óptica de transporte que a gente chama, né? Que sai do backbone principal numa rede, né? Principal, uma espinha dorsal de telecomunicações e leva aquela fibra óptica que é hoje o meio de transmissão assim de mais capacidade, de mais alta confiabilidade que a gente tem até o município, porque se o município ele pode ter até algumas anteninhas de celular instaladas ali, mas se ele não tem uma boa rede de fibra óptica, um uma saída, aqueles dados que a pessoa tá usando ali na sua internet, no seu celular, não são verdadeiramente com toda a velocidade, a capacidade que a tecnologia permite, né? Então o edital de licitação trouxe isso e também cobertura 4G, em todas as rodovias federais do país, né? Então, é uma forma que a gente tem de atuar, de realmente obrigar, né? Que as operadoras levem esse serviço pros locais aonde não são financeiramente atrativos, né? Num primeiro momento. Então, são esses pontos de destaques que eu queria colocar do edital dos 5G. Eh esse tipo de obrigação teve nos outros editais também, mas a gente tá falando que agora tem de mais moderno. E aí agora eu queria falar um pouquinho eh das ações do ministério onde ele implementa, né? A gente tem alguns programas, o primeiro deles é o “Wi-Fi Brasil”. Esse programa, ele consiste no Ministério, né? Através de outros parceiros públicos, o MEC é um grande parceiro, às vezes o ministério da saúde e outros tantos parceiros, levam em uma internet pra localidades aonde não tem outra forma de se conectar. Hoje a gente leva essa internet, é via satélite, é um meio às vezes caro pra população adquirir, então o ministério, né? O governo, ele banca essa internet. A gente tem hoje quase vinte mil pontos desse programa Wi-Fi Brasil instalados no país principalmente, por exemplo, em escolas rurais, em áreas indígenas, em postos de fronteira, em assentamentos rurais, em locais mais afastados aonde não chega outra forma de sinal. E outros grandes projetos que o ministério tem são projetos de implantação de infraestrutura de telecomunicações, essencialmente de rede de fibra óptica. Tem dois programas que são bem exemplificativos disso que é o Norte e o Nordeste conectado, onde a gente tá realmente

em parceria com a RNP, lançando rede de fibra óptica, né? A RNP, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, ela é uma organização social vinculada ao MCTI, ao MCOM e ao MEC, né? Então ela leva a internet pra universidades, institutos de pesquisa, constrói essa rede, mas pra fazer isso é um custo mais eh barato, vamos dizer assim, de uma forma mais sustentável. A RNP sempre busca parceiros privados pra fazer isso, então a gente entra com um pouquinho do recurso, parceiro privado entra com a implantação, com a manutenção e esse cabo de fibra óptica que a gente lança, na verdade eles são cabos que tem fibras ópticas ali dentro num único cabinho, né? Então, a gente divide o setor público, usa algumas fibras, o setor privado usa outras e aí isso faz com que essa rede, né? Com esse investimento que começa com o investimento público ele também chegue pra população pra ela poder usufruir desse serviço. Essa mesma filosofia genérica, como eu coloquei assim, do norte, do nordeste conectado, a gente tem projetos desses de implantação dessas redes de infraestrutura em vários estados do país. E o último que eu gostaria de comentar é o “Programa das Cidades Conectadas”. A gente já teve esse programa num formato que a gente chamava de “Cidades Digitais”, onde a gente realmente implantava uma rede de fibra óptica e depois essa rede era doada pro município pra ele, né? Interligando órgãos públicos, municipais, as escolas, colocando pontos em praça pública pra população, mas a gente começou a perceber que às vezes pra prefeitura sozinha tomar conta dessa rede, principalmente municípios menores, era um pouco complicado. Então, a gente evoluiu esse programa pro “Cidades Conectadas” onde a gente faz essa implantação sempre buscando essa parceria público privada. Poder público, ele entra com um investimento inicial e aí aumenta essa infraestrutura e compartilha. Um fenômeno muito interessante que existe no Brasil, há alguns anos, a Anatel acompanha isso é que hoje quem foi o grande responsável, né? Os grandes responsáveis pela interiorização da internet do país, são os pequenos provedores. Né? Então às vezes são empresas pequenas, locais, mas lançam fibra óptica nos municípios, prestam serviço pra população e não fica dependendo às vezes só de grandes operadoras, que às vezes demoram a chegar, não é um mercado muito atrativo, né? Então todas essas políticas que a gente faz, que busca essas parcerias com os pequenos provedores, é bom em termos de economia do projeto, mas também pra desenvolver a economia, né? Aumentar a oferta de serviço pra população, é um estímulo econômico, né? A atividade econômica nessas regiões, então são formas que o ministério tem trabalhado, aprimorado a cada dia e que a gente tem visto, tem dado muito certo.

**Cátia:** Daniela, é muito importante você mostrar pros nossos e as nossas ouvintes, gestoras e gestores, o que que o ministério está fazendo aí em relação a questão da infraestrutura de conectividade. Como que o gestor e a gestora, ela pode entrar em

contato com o ministério das comunicações pra levar essa infraestrutura pro seu município?

**Daniela:** É, a gente pode apoiar o município se ele já tem algum projeto de como fazer uma expansão, como fazer uma parceria dessas com o privado pra ajudar. Ele pode também falar “olha na minha cidade precisa de infraestrutura”, a gente eventualmente todo ano tem um pouquinho de recurso próprio que a gente pode, né? Investir nos municípios, claro, a gente tem um critério de tentar incluir municípios de mais baixa renda, mas a gente também pode ajudar até tecnicamente municípios maiores e sempre pode buscar recurso de emenda parlamentar, né? Então, o município fala “eu consegui um recurso que era implantar, vocês implantam pra mim com a RNP, com essa parceria?”. No site do Ministério das Comunicações, a gente tem lá várias fontes de contato, por exemplo, do programa Wi-Fi Brasil, um prefeito pode falar “olha eu tenho um distrito que está mais afastado, não tem internet, como que eu faço?”. Então, entra em contato com a gente mostra, né? O que que precisa, “tem escolas rurais aqui que precisam de atendimento”, fala com a gente que a gente busca atender dentro dos programas, das regras o mais rápido possível, a gente não consegue tudo, mas a gente primeiro precisa saber das necessidades, né? E por mais que a gente tente sempre buscar essas informações vindo das prefeituras nos ajuda muito a conhecer, né? Realmente as necessidades de cada localidade, então entrem em contato com a gente que a gente vai sempre buscar esse fazer esse atendimento sim.

**Cátia:** Obrigada, Daniela, por mostrar pros nossos ouvintes e as nossas ouvintes, né? O quão importante é a infraestrutura de conectividade principalmente pra que todos possam ter acesso, né? A internet de qualidade, por exemplo, com Wi-Fi Brasil, e a gente viu também durante a pandemia o quanto a internet faz falta, né? Nós vimos que uma das recomendações da Organização Mundial da Saúde era ficar em casa. Então as pessoas tinham que trabalhar em casa, estudar em casa. Então, estudantes de escola pública, por exemplo, as escolas foram fechadas e tinham que se conectar à escola pra assistir às aulas gravadas. E aí a internet faz falta nesse momento, né? E a maioria da população tem celular, mas a internet ainda são plano de dados. Porque não tem Wi-Fi. Então o Wi-Fi público, ele é muito importante pra essas comunidades, pra essas pessoas, pra que não haja uma ampliação, né? Da desigualdade social, porque acaba. A gente só vai ter ideia do quão desigual ficou a questão da educação entre as escolas públicas e privadas, daqui a um tempo quando foram feitos estudos, né? Sobre essa questão, mas as escolas privadas elas tiveram uma melhor, uma maior facilidade, né? Os alunos tinham computador, internet em casa, né? Os professores também. As escolas já estavam mais estruturadas e aí que entra a questão da inclusão digital, né? Ainda também, além da

infraestrutura, ainda a gente tem esse problema da inclusão digital, fornecer acesso a computador, internet, pras pessoas, pra que todas elas possam acessar os serviços da Prefeitura, no site ou nos aplicativos. Que a gente possa ter programas, né? Projetos da própria Prefeitura, de Inclusão Digital. Falando nessa questão há alguma ação, algum projeto do Ministério das Comunicações em relação à inclusão digital?

**Daniele:** Vou fazer primeiro um comentário que você falou das escolas, da pandemia, dos alunos, né? Frente a tudo isso que você contextualizou muito bem, o ministério ele tá com um projeto piloto. que é a RNP até já fez uma parceria com o MEC, começou doando chips pra alunos de universidades, já com pacotes dados isso incluso, né? Pra eles poderem acessar a internet, conteúdos de casa. Foi um projeto bacana, tá em curso, tem funcionado e a gente resolveu então expandir esse programa pra alunos das escolas públicas. Então, a gente lançou no final do ano passado e a gente tá, né? Eh, acabando de formatar o programa, que é programa “Internet Brasil”, que ele justamente vai dar um chip de celular pra alunos de escolas públicas pra eles conseguirem acessar conteúdo, que por mais que hoje em dia, né? A gente já voltou, mas ainda tem muito conteúdo digital, às vezes tem uma aula híbrida, né? E ainda voltando lá no edital do cinco G, o TCU colocou como uma sugestão, claro a gente acatou, mas muito felizmente, né? De incluir no edital do 5G também uma obrigação de conexão de todas as escolas do Brasil. Né? Isso já é uma coisa que o Ministério das Comunicações junto com o MEC vem perseguindo já há bastante tempo, mas a gente com o edital do 5G garantiu que o que ainda não tá conectado vai ser conectado e também cuidando um pouco da qualidade dessa conexão. Algumas escolas hoje têm uma conexão registrada, mas muito baixa. Que às vezes é só pro uso administrativo, definitivamente não chega pras salas de aulas, pros alunos, pros professores. Né? Então o edital do 5G, ele visou garantir isso, tem um grupo formado, justamente pra fazer essa discussão junto com o MEC, Anatel, Ministério das Comunicações e operadoras tão envolvidos, formatando. Se vocês olharem no site da Anatel lá, o GAPE, vocês vão ver que já tem selecionado algumas escolas pra ser um projeto piloto que vai levar não só a internet, mas também equipamento de informática, né? E possivelmente também até a questão da formação nessas novas ferramentas digitais pros professores pra poder passar isso pros alunos também, né? Fazer essa inclusão digital. O ministério, além dessa questão, né? De tá sempre envolvido nesses projetos de conexão de escolas, ele tem um programa já há alguns anos que a gente chama de “computadores para a inclusão”. Como que funciona esse programa? Ele até foi inspirado numa iniciativa que existe no Canadá já há muitos anos, aonde computadores que começavam a ter que ser trocados, né? Em órgãos públicos, mas ainda poderiam funcionar, às vezes um pequeno reparo, o computador ainda estava bom, eles eram doados pra escolas no Canadá, né? Então, a gente trouxe essa ideia pra cá. Então, toda vez

que o órgão público, próprio ministério, a ANATEL, enfim, o Senado Federal, a Câmara, qualquer órgão público, mas também empresas privadas e a as próprias pessoas físicas quando não vão usar mais o computador ou mesmo ele estragou, a gente tem uma série de parceiros que são nossos centros de condicionamento de computadores que recebem essas máquinas, né? São doados pra esses centros, e esses centros eles testam essas máquinas, às vezes trocam um componente, junta a memória de um com o HD do outro, com algum monitor de um outro computador, gera um computador funcional. A gente já doou mais de vinte e cinco mil computadores na história do programa. A gente quer cada vez mais aumentar os nossos parceiros no país. Hoje a gente já tem parceiros nas cinco regiões, mas a gente quer em todos os estados, a gente quer mais parceiros. Então, pra gente fazer, ajudar, que a gente sabe que a inclusão digital ela perpassa, não só por acesso à internet, mas tem um equipamento pra fazer isso. E também, eu acho que é um tripé, né? É a parte da formação, né? Que que adianta essa pessoa ter um acesso à internet a um computador e não sabe o que fazer com aquilo, né? Como aproveitar aquilo, né? Então o próprio programa do CRC numa parte dele não é só recondicionar os computadores, mas também fazer cursos de formação pra essa voltado para a inclusão digital. Desde informática básica, até curso mais avançado de robótica, eh de montagem desmontagem de computadores, aonde esses centros estão, mas a gente tem dentre os nossos parceiros felizmente Universidades Federais e Institutos Federais. Então, os institutos federais na época da pandemia desenvolveram diversos desses cursos no formato online. Então, agora qualquer pessoa, de qualquer lugar do país pode acessar qualquer desses cursos, né? E ter um pouco essa essa questão da inclusão digital, é bem voltada a isso. Como acessar o computador, como utilizar e até tem vários vários níveis de cursos, né? Até de programação. Né? Então até cursos de programação a gente tem. Então, de novo eu volto ao site do Ministério que é um ponto de partida inicial pra conhecer esses centros, pra conhecer as Universidades e Institutos Federais, nossos parceiros. Aí você entra no site desses parceiros, vocês vão ver lá diversos cursos de inclusão digital. Então o ministério tem esse programa e também apoia eh diversas iniciativas que vem dos próprios estados, dos próprios prefeituras falando assim “olha eu quero montar um centro de inclusão digital ali no meu município tenho espaço, mas eu preciso de recurso pra colocar computadores, pra contratar professores, tutores, dar uma formação”. A gente tem uma série de convênios aqui com prefeituras, com estados com esse foco da inclusão digital. E a maior fonte de recurso são emendas parlamentares. Às vezes com recurso baixo de uma emenda parlamentar, o município consegue fazer um centro de inclusão digital com esse foco muito grande na formação. Então, a gente tem uma área aqui que tem centenas, tá? São centenas de convênios com esse foco da inclusão digital e a gente tende a aumentar e tem laboratórios de robótica, né? Sempre pra isso se chegar de forma gratuita pra população.

**Cátia:** Foi muito bom, Daniela, você tocar no assunto do letramento, da alfabetização digital, porque a gente viu isso também durante a pandemia, né? Então, muitas pessoas, às vezes, tinham recurso, mas não sabiam usar o recurso, até alunos universitários, né? Eu vi alguns estudos que foram feitos, que os alunos das universidades não sabiam como utilizar as ferramentas, né? De aulas online, aulas híbridas, não sabiam usar. E aí falta a questão eh de saber mesmo, né? Da capacitação, do uso pra essas tecnologias, pra essas ferramentas, não é só ter computador, ter internet. E aí, pensando nisso, tem alguma ação, algum plano, algum projeto, pensando em inclusão digital por segmento, por exemplo, por gênero, por raça, por idade, por classe social, se tem alguma ação nesse sentido no ministério?

**Daniele:** No âmbito desses programas que eu comentei, né? Do computadores pra inclusão, cada centro tenta vir com propostas, com ideias sempre muito bacanas, né? Então a gente tem alguns exemplos sim que eles mesmos lá na ponta fazendo essa formação, vendo a comunidade, perceberam que às vezes precisa de uma aula, vamos dizer assim, diferenciada. Por exemplo, pra terceira idade, né? Então, teve um centro parceiro nosso lá em Recife que forma turmas exclusivas pra terceira idade, porque tem que dar um tratamento diferenciado, a forma de dar o curso, a introdução do assunto, né? Então, e pra aquelas pessoas que estão ali, às vezes, numa sala de aula, elas não se sintam constrangidas, né? Perto de outras pessoas que às vezes já sabem mais, já nasceram dentro da tecnologia, né? Então a gente estimula pros nossos centros, cumpram as metas deles, né? De capacitação, fazendo essa diferenciação do público sim. Outra iniciativa muito interessante, que eu gosto de comentar é o nosso centro em Belo Horizonte que é em parceria com a Prodabel que é a empresa de processamento de dados de Belo Horizonte. Eles fizeram um curso de programação voltado exclusivamente pra mulheres, né? Então, o programa chama “Programando Sonhos Delas”. Então assim, até as na formatura eu vi depoimento, né? De várias das alunas formando “a área de tecnologia ainda é uma área que tem poucas mulheres”, né? Então tendo num ambiente só de mulheres elas não se sentiam constrangidas, programaram, aprenderam, saíram empregadas com estágio a gente sabe que às vezes é necessário fazer essa diferenciação. Claro que os nossos programas a gente tenta incluir todos, né?

**Cátia:** Lá no início da nossa conversa eu falei, né? Que a minha área é inclusão digital, então, o meu pós-doutorado é inclusão digital. Eu trabalhei com o programa do governo do estado em assentamentos rurais. E o que eu mais vi foram pessoas idosas que não queriam fazer parte do programa de inclusão digital que tinha lá, porque tinha medo de quebrar o computador. Então tem ainda muitas questões, e questão das mulheres



também, “ai menina não pode jogar, não pode ir lá eh no computador jogar com os meninos”. Então tem alguns estigmas que ainda precisam ser desconstruídos. Por isso que são importantes esses cursos pensarem nessas diferenciações, nos usos, eh na questão também, se as pessoas moram na periferia ou moram mais perto do centro ou moram lá nos assentamentos, ou nos quilombos, ou numa aldeia indígena, então essas diferenciações ainda existem, e tá sempre no nosso radar. E agora eu deixo vocês super a vontade, Daniela, pra acrescentar alguma coisa que a gente não perguntou ou que você gostaria de colocar também pros nossos e pras nossas ouvintes.

**Daniela:** Bom, Cátia, eh, você me lembrou, né? Falando dessa questão da área rural, a Univaf, a Universidade do Vale de São Francisco, que é um CRC parceiro nosso. No programa de formação dela, ela tem uma forma de fazer, que ela é um treinamento imersivo, vamos dizer assim de uma semana, onde ela busca eh pessoas que ficam da área rural, levam pra universidade, dão todo o apoio de alojamento, alimentação, essa logística pra elas se capacitarem nessa questão, né? A gente tem uma outra parceria, um outro convênio de é de ter ônibus capacitados pra ir nessas comunidades mais afastadas e lá naquela comunidade dá essa formação dessa inclusão digital, né? Então, assim o nosso Brasil com as dimensões que tem precisa dessas soluções criativas. Como recomendação assim de final, eu acho que uma coisa importante, que alguns colegas outros são mais a frente disso, é pros municípios se prepararem, né? E ajudarem com o que a internet seja bastante difundida nos municípios, como que a internet 5G, o 4G chegue no município, o município ele têm uma série de leis municipais que podem ajudar isso ou dificultar. Né? Então assim, é importante que os prefeitos conheçam. No próprio site da Anatel tem como município o que eles chamam de amigo da internet pode adequar as leis municipais pra viabilizar, pra facilitar sem descumprir, claro, nenhuma regra de do território, né? De essas questões de urbanistas, cês entendem melhor isso do que eu, mas assim, mas de agilizar essa implantação, porque sim, eu preciso de ter infraestrutura de antenas, de fibra óptica passando na cidade pros serviços chegarem até a população. Tem como isso ser feito de forma ágil, sem prejudicar o município, mas é importante que tenha. Né? Às vezes as pessoas têm muito medo das antenas, acham que causam câncer. Não causam, tá gente? A potência do celular ela é baixinha. Uma série de estudos já a nível mundial mostrando que não faz mal, muito pelo contrário a gente quer ter acesso ao serviço. Acho que no site do ministério, da Anatel tem muita fonte de informação, a gente tá disponível caso tenha dúvida pro município realmente ser um amigo desses serviços que vão trazer benefícios pra população, pra economia do município, né? E que hoje é um dia eu acho internet é um serviço básico, né? Assim, a gente precisa de hoje na nossa casa de luz, de água e de internet, né? Então

é importante, né? Que se chegue, claro, de forma correta, mas então os municípios podem se mobilizar e ajudar nesse sentido.

**Cátia:** É isso mesmo, Daniela, a sua fala vai ajudar bastante a mostrar que a internet, ela é um direito, né? Assim como educação, como saúde, ela tem que ser vista como um direito. E os gestores e as gestoras elas têm que levar isso pra toda a população. Pra que não amplie a desigualdade, pra que não só algumas pessoas consigam acessar o serviço da prefeitura online ou ao aplicativo, ou tenha uma internet de qualidade mas pra todas as pessoas, pra todos os bairros, não só nos bairros que tem mais infraestrutura.

### [Trilha]

**Cátia:** É isso mesmo, Daniela, a sua fala vai ajudar bastante a mostrar que a internet, ela é um direito, né? Assim como educação, como saúde, ela tem que ser vista como um direito. E os gestores e as gestoras elas têm que levar isso pra toda a população. Pra que não amplie a desigualdade, pra que não só algumas pessoas consigam acessar o serviço da prefeitura online ou ao aplicativo, ou tenha uma internet de qualidade mas pra todas as pessoas, pra todos os bairros, não só nos bairros que tem mais infraestrutura. Então a gente agradece, sua fala, suas informações e eu peço aos nossos ouvintes e às nossas ouvintes que acessem então, o site da Anatel, do Ministério das Comunicações pra terem mais informações.

**Daniela:** Sim, a gente tá sempre disponível pra tirar dúvidas, pra ver as demandas de vocês e a gente sempre tenta melhorar essa questão da conectividade nos municípios. Muito obrigada.

**Cátia:** Nós que agradecemos.

**Hector:** Obrigado Cátia, obrigado Daniela por essa conversa maravilhosa e obrigado também a você, querida e querido ouvinte que ouviu até aqui e você também pode conhecer outros produtos do projeto TraDUS no nosso Instagram, @projetotradus. Então segue a gente, se você ainda não segue o podcast meio fio, também segue no seu agregador de podcast favorito, curte, compartilha, cuidem das nossas cidades e até a próxima, tchau tchau.

### [Trilha]